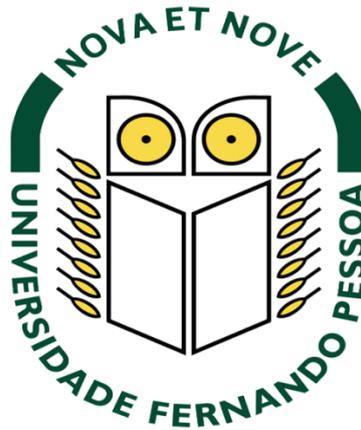


Projecto de graduação



Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho (nº25832)

Famílias com comportamentos transgressores e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem

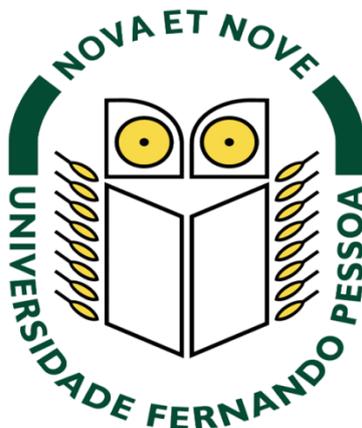
Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1ª Ciclo de Estudos em Criminologia

Porto, 2013/2014

Projecto de graduação



Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho (nº25832)

Famílias com comportamentos transgressores e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem

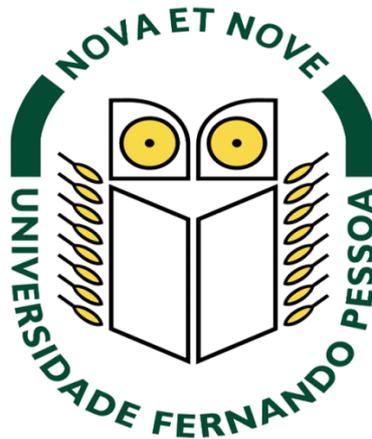
Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

1ª Ciclo de Estudos em Criminologia

Porto, 2013/2014

Famílias com comportamentos transgressores e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem



Projecto de Graduação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção da avaliação do grau de Licenciado do Curso de Criminologia, sob a orientação da Professora Doutora Marta Matos

Agradecimentos

Após concluído o presente Projecto de Graduação, os meus agradecimentos são inteiramente dirigidos às pessoas que, directa e indirectamente, contribuíram para o sucesso do mesmo, nomeadamente:

Á Professora Marta Matos, orientadora da faculdade, pela sua disponibilidade, pelo suporte dado desde o princípio, pelas suas úteis sugestões e críticas construtivas durante todos estes meses;

Á Doutora Catarina Agante, orientadora de estágio, com a qual foi um prazer enorme trabalhar, pelo facto de ser uma excelente profissional, pela forma como sempre se mostrou pronta a ajudar e pela constante partilha de conhecimentos;

Ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas e a todos os seus funcionários, alunos e professores pela forma como me receberam no estágio curricular;

Á UFP e a todo o corpo docente que me acompanhou durante estes três anos, por tudo o que me proporcionaram e ensinaram;

Á minha família, em especial á minha mãe e ao meu irmão, por me acompanharem todos os dias e pelo suporte emocional;

E, por fim, mas não menos importante, aos meus amigos, com destaque para a minha namorada Diana e o meu amigo Nuno por todo o apoio e amizade que me deram ao longo do meu percurso.

Muito Obrigado a todos!

Resumo

O presente trabalho tem como título “Famílias com comportamentos transgressores e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem delincente” e encontra-se dividido em duas grandes partes. Na primeira é apresentada uma pesquisa bibliográfica em que se dá a conhecer o conceito de adolescência, o conceito e perspectivas da Delinquência Juvenil, as teorias explicativas da Delinquência Juvenil, os factores de risco e protecção, a teoria da Vinculação e como a família pode representar um factor de risco potenciador da delinquência juvenil. Na segunda fase deste projecto, que diz respeito ao estudo empírico, é aplicado um questionário a 50 alunos da Escola Secundária Rodrigues de Freitas (de ambos os sexos) com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, e que se encontram sinalizados pela CPCJ, tribunais ou apresentam comportamento inadequado no contexto escolar e social. Este questionário visa obter dados sócio-demográficos, de delinquência auto-revelada, da percepção dos jovens acerca da vinculação com os seus progenitores, das dinâmicas familiares, entre outros. Ainda nesta fase, é também aplicado á Psicóloga do Agrupamento de Escolas e aos Técnicos que trabalham com estes alunos e respectivas famílias uma entrevista semi-estruturada, de forma a compreender, de acordo com a opinião dos inquiridos, se realmente existe uma relação entre a ausência de vínculos e a adopção de comportamentos desviantes e comprovar que a existência de antecedentes criminais/comportamentos delinquentes na família pode funcionar como potenciador para o desenvolvimento psico-educativo de um jovem delincente.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil, Factores de risco, Factores de protecção, Vinculação, Família.

Abstract

This project is entitled "Families with lawless behavior and the impact on psycho-educational development of a juvenile offender "and is divided into two major parts. In the first one, a bibliographical research is presented, in which the concept of adolescence is shown, as well as the concept and perspectives of Juvenile Delinquency, the risk and protection factors, the Link Theory, and how family may represent an enhancing factor in juvenile delinquency. In the second phase of this project, which concerns the empirical study, it is applied a questionnaire to 50 students (from both genders), from the Rodrigues de Freitas Secondary School, that are signalized by the Children and Youth Protection Commission, by courts or showing inadequate behavior in the social and scholar context. This questionnaire aims to obtain socio demographic data of self-revealed delinquency, from the youth's perception on the ties with the progenitors, the family dynamics, among others. Still in this phase, it is also applied a semi-structured interview to the Psychologist from the School Group, as well as to the Technicians that work with these students and respective families, in order to understand, according to the respondents' opinion, if there really is a connection between the absence of ties and the adoption of deviant behaviors, and to prove that the presence of criminal background/delinquent behavior in the family context can work as an enhancer in the psycho-educational development of a juvenile offender.

Key Words: Juvenile Delinquency, Risk Factors, Protective factors, Attachment, Family.

Índice

Introdução	1
Parte I- Enquadramento Teórico	3
1. Adolescência.....	3
2. Comportamento anti-social.....	4
3. Delinquência Juvenil: Conceito e Perspectivas	4
4. Teorias explicativas da delinquência juvenil na vista da Criminologia.....	5
4.1 Teoria do laço de Hirschi	5
4.2 Teoria da Anomia.....	6
4.3 Teoria da Associação Diferencial	7
4.4 Teoria da Rotulagem	7
4.5 A relação Idade-Crime	8
5. Factores de risco e factores de protecção.....	9
6. Teoria da vinculação	11
7. As dinâmicas familiares como factor potenciador da delinquência juvenil	12
8. Estilos educativos parentais	13
9. Relação entre educação parental e comportamentos anti-sociais	15
Parte II- Estudo Empírico	17
a) Objectivos	18
b) Amostra	19
c) Instrumentos	19
d) Procedimentos	21
e) Resultados esperados	22
Conclusão.....	23
Referências Bibliográficas	25
Anexos	28
Anexo I - Instrumento utilizado na recolha de dados	28
Parte 1.....	29
Parte 2.....	31
Parte 3.....	33

Anexo II: Pedido de autorização à Comissão de Protecção de Dados.....	35
Anexo III: Pedido de autorização à Direcção Geral de Educação	36
Anexo IV- Pedido de autorização para a realização do questionário (Encarregados de Educação).....	38
Anexo V - Pedidos de autorização para a realização do questionário (Presidente do Conselho Executivo).....	39
Anexo VI- Protocolo de consentimento informado aos técnicos profissionais (realização da entrevista semi-estruturada).....	40
Anexo VII- Guião de entrevista semi-estruturada á Psicóloga do Agrupamento e aos Técnicos	42

Introdução

O presente Projecto de Graduação surge no âmbito da obtenção do título de Licenciado em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa.

Após a realização de um estágio no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, no qual trabalhei com alunos sinalizados e respectivas famílias, despertou-me a atenção para esta temática numa forma mais específica.

As estatísticas criminais têm vindo a afirmar que a Delinquência Juvenil é uma problemática em crescendo e, ainda que o conhecimento acerca desta temática seja cada vez mais vasto (devido aos vários estudos e investigações), continuam a surgir novas questões por investigar.

A delinquência juvenil pode explicar-se através de vários factores, dando-se especial atenção aos factores familiares no presente estudo. É legítimo afirmar que a família tem um papel preponderante na formação de um jovem e, assim sendo, as relações do seio familiar podem representar factores de risco (que influenciam o jovem no desenvolvimento do comportamento delinvente) ou factores de protecção (que influenciam o jovem a afastar-se do caminho desses mesmos comportamentos).

Mais do que aprofundar a delinquência juvenil, com o presente estudo pretende-se compreender em que medida uma família constituída por elementos que apresentam comportamentos transgressores é capaz de influenciar um jovem a enveredar por esse mesmo caminho, assim como avaliar se a ausência de vínculos familiares é uma das causas justificativas para a adopção de comportamentos desviantes.

A primeira parte será direccionada á revisão da literatura sobre os vários conceitos abordados neste trabalho e encontra-se dividida em 6 capítulos. O primeiro dedica-se ao estudo da definição do conceito da Adolescência como forma de nos enquadrar na fase da vida que vai ser aprofundada no presente trabalho. No segundo capítulo, será feita uma reflexão acerca do conceito da Delinquência Juvenil e das suas perspectivas. De seguida, o terceiro capítulo diz respeito a uma revisão da literatura sobre as diversas teorias explicativas da Delinquência. No quarto capítulo serão identificados os factores de risco e de protecção que estão associados á temática da Delinquência Juvenil. No quinto capítulo é dado o devido destaque á teoria da Vinculação, que vem a afirmar-se

como sendo talvez a teoria principal deste trabalho. Por fim, o sexto e último capítulo será dedicado a estudar de que forma a família pode representar um factor potenciador da delinquência juvenil.

A segunda parte prende-se com o estudo empírico que pretende compreender, através da recolha de dados junto dos alunos, da Psicóloga do Agrupamento e dos Técnicos que lidam com estes alunos e famílias, o impacto que a família com elementos que apresentam comportamentos transgressores terá no desenvolvimento psico-educativo de um jovem e qual o grau de vinculação destes jovens com os progenitores.

Por fim, será apresentada também uma conclusão acerca do que foi abordado ao longo de todo trabalho, na qual constará uma reflexão crítica global do que foi apresentado ao longo de todo o trabalho.

Parte I- Enquadramento Teórico

1. Adolescência

A adolescência representa o período desenvolvimental entre a infância e a idade adulta, ocorrendo diversas mudanças a nível físico, cognitivo, psicológico e social (Fieldman; Olds & Papalia, 2001).

Esta fase é propícia a alterações psicológicas no que toca á auto-estima, á representação de si mesmo e dos outros, às emoções e nas ligações que o individuo estabelece com a família e com a sociedade. Na adolescência, o indivíduo procura alcançar a sua autonomia como forma de criar a sua própria identidade, ao invés de uma identidade dependente. O jovem vê-se na necessidade de fazer uma auto-reflexão questionando os valores, interesses e comportamentos, como forma de responder às suas dúvidas (Fonseca, Miranda & Monteiro, 2003).

Resultado destas alterações, o adolescente vai também sentindo-se parte integrante de um determinado grupo. Um grupo define-se como sendo um conjunto social de indivíduos que apresentam objectivos comuns e ajustam o seu comportamento, normas e valores com base no que é estabelecido dentro do próprio grupo. Além de potenciar as competências sociais, o grupo de pares é necessário também no desenvolvimento psicológico do adolescente, sendo que ao interagir com os outros está também a afirmar-se como pessoa. Assim podemos concluir que as escolhas que são feitas precocemente na vida de um individuo podem influenciar seriamente o seu futuro (principalmente a pertença a um determinado grupo), havendo indivíduos que optam por seguir os padrões de vida convencionais e outros que optam por padrões de vida não convencionais/não normativos (Collins & Sprinthall).

Assim é possível afirmar que a associação a grupos de pares é um dos factores de risco/protecção na Delinquência Juvenil. Ou seja, se um jovem se vincula a um grupo de pares que seguem padrões não normativos terá maior probabilidade de delinquir (factor de risco). Por outro lado, se o jovem se vincular a um grupo de pares regido por padrões normativos, a probabilidade de delinquir será menor (factor de protecção).

2. Comportamento anti-social

Após definir o conceito de adolescência, e antes de partir para a definição do conceito de delinquência juvenil, é importante também abordar a questão do Comportamento Anti-Social.

O termo anti-social refere-se a todo o tipo de comportamentos que infrinjam regras sociais ou representem uma acção contra os outros, ou seja, o comportamento agressivo, os comportamentos infractores (furto, roubo, etc), o vandalismo, a piromania, a ausência escolar, as fugas de casa, as mentiras, entre outros, apresentados frequentemente e com elevada intensidade ou magnitude (Gomide, 2001).

Segundo Jorge Negreiros (2001), os comportamentos anti-sociais incluem uma grande diversidade de actividades (furtos, vandalismo, agressão, etc) que podem ser genericamente caracterizados por estarem associados a transgressões ou violações das normas sociais. Afirma ainda, que os conceitos de crime, delinquência, ou perturbação de comportamento são as designações mais frequentemente utilizadas para definir comportamentos anti-sociais. No entanto, admite que de uma forma geral o termo anti-social é o mais abrangente.

3. Delinquência Juvenil: Conceito e Perspectivas

O conceito de Delinquência é um conceito ambíguo, levando vários autores a sugerirem outros termos semelhantes, como é o exemplo de “comportamento antissocial”, que admite-se ser aquele que é mais abrangente (Negreiros, 2008).

A Delinquência Juvenil diz respeito a todo o tipo de infracções criminais que ocorrem durante a infância e a adolescência, entendendo-se assim como um comportamento adoptado por jovens que violam as normas da sociedade. Ainda assim, nem todos os jovens com comportamento desviante podem ser considerados como delinquentes (Carvalho, 2005).

Os casos a que este autor se refere, são casos particulares. Ainda que apresentem um comportamento que se desvia do padrão normal da sociedade, os seus comportamentos não são criminalizáveis (por exemplo, excentricidade na forma de vestir).

Moffit (1993) indica nos seus estudos que o individuo pode enveredar pelo caminho da marginalidade em várias fases da sua vida, sendo a infância e a adolescência as mais frequentes.

Conforme a ambiguidade do tema, nos últimos anos, tem surgido um grande número de teorias e modelos explicativos da delinquência juvenil (Negreiros, 2008)

Segundo Loeber e Farrington (1998), a delinquência é o resultado das interações entre factores individuais (intrínsecos ao próprio individuo), factores situacionais (escola, casa, entre outros) e factores sociais (família, grupo de pares).

De acordo com Simões, Matos e Batista-Foguet (2008), afirma-se terem sido encontrados vários factores de risco que se encontram associados á delinquência, nomeadamente, características individuais (stress, vulnerabilidade genética, psicológica, cognitiva, fisiológica ou comportamental); factores situacionais (onde surge a oportunidade para a prática criminal) e factores sociais (relacionamento familiar e com o grupo de pares).

4. Teorias explicativas da delinquência juvenil na vista da Criminologia

4.1 Teoria do laço de Hirschi

É, sem dúvida alguma, uma teoria fundamental no que toca á explicação de comportamentos desviantes na população adolescente. Born (2005) afirma que a ausência de laços e de uma vinculação com a sociedade (mas principalmente com os pais e grupos de pares), tornam o individuo mais predisposto para as práticas criminais. Pode concluir-se então que, quanto mais fortes forem estes laços e a vinculação com a sociedade, menor será o pendor para opor-se às normas sociais.

Hirschi (2002) aponta a vinculação, o empenho, o investimento e as crenças como sendo os principais constituintes da socialização. A vinculação abrange os laços

afectivos que cada individuo cria com os seus progenitores desde o seu nascimento (através da socialização), levando o mesmo a respeitar as mesmas normas que os progenitores respeitam. Na fase da adolescência, também a sociedade pressiona o individuo de forma a conformá-lo com as normas sociais.

Os laços familiares, o respeito pelas regras impostas pelos progenitores e a conformidade com as normas sociais, estendem-se também á escola, aos grupos de pares e á sociedade em geral. Quanto maior for a importância que o individuo dá a estas ligações, maior é então a vinculação (Siegel, 2012).

O empenho refere-se á dedicação de cada individuo relativamente às actividades escolares, tempos livres, entre outros. Fazendo um balanço entre os prós e os contras das práticas criminais, a decisão de optar ou não por estas práticas encontra-se também dependente do interesse do individuo quanto às actividades convencionais. Quanto maior for o tempo despendido e o interesse pelas práticas convencionais, menor é a probabilidade de o individuo seguir o caminho desviante (Siegel, 2012; Born, 2005).

Conforme indica o autor, conclui-se que manter o individuo ocupado e interessado em actividades convencionais funciona como factor de protecção, uma vez que retira o tempo despendido e o interesse pelas práticas criminais.

Gonçalves (2008) afirma que Hirschi pretende com a Teoria do Laço alertar para a possibilidade de que qualquer individuo pode representar um “potencial desviante”. No entanto, encontra-se dependente de algumas variáveis como os laços sociais, a vinculação adequada ou a conformidade com as normas sociais, podendo até oferecer resistência á via criminal.

4.2 Teoria da Anomia

O termo “anomia” é de origem grega e significa, resumidamente, “ausência de normas”. Durkheim (cit. In Cusson, 2002) utiliza os termos “Anomia” e “Densidade Moral” com vista a explicar as ligações existentes numa comunidade. Enquanto a “anomia” representa então a ausência de normas na sociedade, a “densidade moral” representa exactamente o contrário, ou seja, a presença de valores e coesão social.

De acordo com Durkheim, a “anomia” e a baixa “densidade moral” dão origem ao aparecimento de patologias, distúrbios mentais e ideias suicidas. No caso de um indivíduo se encontrar inserido numa sociedade sem normas, onde não há coesão social e onde não existe uma estrutura social que o apoie, o mesmo não encontrará um rumo para a sua vida, podendo mesmo por fim à mesma (Born, 2005). Merton apresenta uma teoria um pouco diferente de Durkheim. Para este, o conceito da anomia é causado pelas diferenças socio-económicas existentes na sociedade. Assim sendo, os indivíduos que se encontram em situação desfavorecida revoltam-se contra os indivíduos de classes favorecidas, utilizando as práticas criminais com o fim de obterem benefícios iguais a estes (Cusson, 2002).

4.3 Teoria da Associação Diferencial

A teoria da Associação Diferencial, desenvolvida por Sutherland e Cressey's, defende que a maioria dos comportamentos delinquentes provém do contacto com um certo ambiente físico e social. Em ambientes mais estáveis, a socialização é amplamente regida por normas e valores positivos (os indivíduos agem de acordo com as normas sociais). Já em áreas de maior delinquência estes tipos de comportamentos fazem parte de uma espécie de “cultura” existente nestas zonas. O indivíduo tornar-se-á então mais facilmente delinquente no caso de ser exposto mais frequentemente e intensamente a ambientes desrespeitosos á lei, em vez dos que são favoráveis a esta. O processo de aprendizagem criminal envolve mecanismos idênticos a qualquer processo de aprendizagem (Cusson, 2011). A teoria assenta numa premissa que nos diz que a prática criminal baseia-se principalmente na existência de factores favoráveis em detrimento dos desfavoráveis. Assim sendo, um indivíduo que apresente um número excessivamente superior de factores favoráveis do que desfavoráveis, irá seguramente enveredar pelo caminho da delinquência (Siegel, 2012).

4.4 Teoria da Rotulagem

A teoria da Rotulagem refere que os comportamentos delinquentes são resultantes dos rótulos que as instâncias de controlo (formal e informal) colocam aos indivíduos.

Geralmente, os indivíduos rotulados são indivíduos de poucas posses e pouca influência na sociedade (Kelly, 1978, cit. in Pais, 2012).

Uma vez rotulado, o indivíduo sente-se marginalizado e excluído socialmente, sofrendo uma enorme pressão social que o leva a aceitar os rótulos que lhe foram atribuídos (Kelly, 1978, cit. in Pais, 2012).

O delinquente interioriza a ideia de que o rótulo lhe assenta, de que é realmente criminoso e opta pela via do crime. Estes indivíduos têm maior propensão para se associarem a grupos de pares desviantes aumentando dessa forma a gravidade do seu comportamento criminal (Akers & Sellers, 2009, cit. in Pais, 2012).

4.5 A relação Idade-Crime

Segundo Negreiros (2001), analisando a relação entre a taxa de criminalidade e a idade, conclui-se que a taxa de prevalência, bem como da incidência, chegam ao seu auge na fase da adolescência. Aos 17 anos atinge-se o pico da actividade criminal, dando lugar posteriormente a um grande declínio com a entrada na idade adulta.

No entanto, existem duas abordagens diferentes que diferenciam esta teoria: a teoria da propensão criminal e a teoria das carreiras criminais. Enquanto a primeira considera que a idade está directamente e invariavelmente ligada ao crime, não dependendo de outras variáveis (por exemplo, o sexo); a segunda abordagem considera que a relação existente entre a idade e a delinquência não é invariante, mas sim salientada por características pessoais e contextos sociais particulares.

A razão principal da divergência entre os defensores destas duas abordagens prende-se com a distinção entre os conceitos de prevalência e de frequência criminal. A prevalência diz respeito á percentagem de indivíduos que são delinquentes activos dentro duma população, enquanto a frequência faz referência á taxa média anual de comportamentos delinquentes cometidos por subgrupos formados por esses delinquentes activos. Assim, a frequência torna possível qualificar a intensidade da actividade delinquente individual.

A partir desta distinção, podemos afirmar que, a queda acentuada observável na curva idade-crime pode representar uma diminuição na prevalência ou uma diminuição na frequência criminal. Ou seja, a diminuição das taxas criminais que se observam na entrada da idade adulta podem ser provocadas quer pela diminuição do número de delinquentes activos, quer pela diminuição da frequência de comportamentos delinquentes praticados por esses delinquentes. A teoria das carreiras criminais encara esta diferenciação como sendo fulcral, enquanto a teoria da propensão criminal descredibiliza a mesma, entendendo-a como desnecessária (Negreiros, 2001).

A importância que é atribuída pela teoria da propensão criminal á questão do início precoce da delinquência resulta noutra divergência que separa os defensores de ambas as teorias. O início precoce da delinquência é maioritariamente relacionado com um maior rendimento da prática delinvente, assim como a uma maior duração neste tipo de comportamentos.

Assim sendo, quanto mais precoce fosse a idade de início, mais elevado seria o grau da prática delinvente. E é com base nesta comprovação que a teoria das carreiras criminais assume que os indicadores da idade de início podem distinguir-se dos indicadores da prevalência. No sentido inverso, segundo a ideia da invariância da curva idade-crime (defendida pela teoria da propensão criminal), o nível da actividade delinvente não depende da idade de início, variando apenas conforme a idade (Negreiros, 2001).

5. Factores de risco e factores de protecção

A correlação entre as características individuais de cada individuo e o meio onde se insere culturalmente, socialmente e familiarmente tem uma clara influência sobre si. Assim sendo, pode-se afirmar que existem diversos factores de carácter individual, social e familiar (responsáveis pela adopção de comportamentos desviantes), os quais se designam de factores de risco (Buela-Casal & Kazdin, 2001).

Segundo Buela-Casal & Kazdin, (2001), o temperamento, a baixa auto-estima, a agressividade são alguns dos factores que podem contribuir para a propensão à prática criminal.

A família é a principal referência da criança, o que faz com que a mesma tenha um grande impacto no desenvolvimento da mesma. Os processos de socialização, a interiorização de normas e valores sociais ocorrem no seio da família, ou seja, considera-se que numa família considerada disfuncional poderão existir falhas nesses mesmos processos. Geralmente, as normas deste tipo de famílias são diferentes das normas da sociedade, uma vez que as mesmas apresentam algum historial de condutas anti-sociais (roubos, furtos, consumos, entre outros). Também associado a este tipo de famílias, a fraca supervisão parental, ou mesmo um estilo educativo parental demasiado punitivo, podem originar o efeito contrário ao desejado, prejudicando o jovem. São também factores de risco da Delinquência Juvenil factores como as famílias bastante numerosas, a negligência parental, a carência de vínculo familiar, familiares com antecedentes criminais, as dificuldades económicas ou a ruptura familiar (Buela-Casal & Kazdin, 2001; Hutz 2002; Thornberry & Krohn, 2004, cit. in Pais, 2012).

Na experiência do autor foi possível verificar as afirmações de Buela-Casal & Kazdin, uma vez que jovens (com os quais lidou no âmbito do estágio curricular) que normalmente apresentavam comportamentos de risco em contexto escolar eram os que possuíam algumas destas características (famílias numerosas, carência de vínculo familiar, dificuldades económicas, entre outros).

Para além dos factores familiares, o meio social onde o jovem se encontra inserido pode também potenciar a Delinquência Juvenil. Assim sendo, um jovem inserido num meio instável (em que há uma profunda degradação, vivenciam-se consumos, maus tratos, entre outros) é fortemente influenciado a praticar os mesmos comportamentos que observa (Loeber & Farrington, 2001).

Loeber e Farrington (2001) afirmam que, na escola, o fraco rendimento escolar, as dificuldades de aprendizagem, a inadaptação escolar, a falta de organização, a ausência de actividades extra-curriculares, as faltas ou o absentismo são alguns dos factores que poderão também estar associados á Delinquência Juvenil.

É também na escola que, muitas vezes, se dão as associações a grupos de pares desviantes. A associação a estes grupos de pares é um factor que explica a prática criminal por parte dos jovens que integram estes grupos, uma vez que no seio dos mesmos ocorrem os mais diversos comportamentos como é o exemplo dos roubos, furtos, violência, tráfico de drogas, entre outros (Loeber & Farrington, 2001).

Para contrariar estes factores e permanecer no caminho normativo, o jovem deverá então possuir igualmente factores de protecção que o afastem destas práticas. Um ambiente familiar/social funcional (onde existem boas relações), a associação a grupos de pares normativos e a inserção do jovem na escola e na comunidade são alguns dos factores que inibem o jovem de optar pelo caminho desviante. Por fim, a nível individual é fulcral que o jovem possua competências sociais e relacionais positivas, capacidades cognitivas e intelectuais, atitude reprovadora quanto a comportamentos violentos, elevada auto-estima e autonomia para assegurar que o jovem consiga superar as situações hostis que experienciou (Egeland et al., 1993).

Sumariamente, promover a existência de factores de protecção culturais, sociais e familiares e combater os factores de risco existentes é fulcral para precaver o ingresso dos jovens num meio delinvente. Mantendo a intensidade e o número de factores de protecção mais elevados que nos factores de risco, a prevenção da Delinquência Juvenil encontra-se assegurada.

6. Teoria da vinculação

A vinculação entende-se como sendo o laço afectivo que duas pessoas formam entre si e que se mantém ao longo do tempo. É a segurança, a partir da qual, o individuo explora o mundo que o rodeia (Bowlby, 1979, cit. in Fernandes, 2012).

Na fase da infância/adolescência, a ausência de vínculos afectivos familiares é um dos factores que pode originar comportamentos delinquentes, pois é responsável pela falta de integração da criança/jovem e pelo romper das normas que regem na sociedade (Cusson, 2002).

As boas relações familiares e os vínculos afectivos são essenciais para o normal desenvolvimento do jovem. No entanto, existem também situações de famílias destruturadas, onde a vinculação afectiva é fraca, há falta de cuidados e de supervisão parental. Nestes casos, há a tendência para surgirem outras figuras importantes na vida dos jovens com as quais se poderão estabelecer os vínculos afectivos. Essas figuras poderão ser professores, funcionários escolares, grupos de pares, cuidadores, entre outros (Mota & Matos, 2008).

A vinculação pode considerar-se segura ou insegura. Quando a criança/jovem confia na figura á qual se vincula, encontrando na mesma a segurança e conforto necessário, a vinculação considera-se segura. As crianças/jovens não apresentam muitos comportamentos vinculativos quando não há perigo, no entanto, quando o perigo existe, sobressaem esses comportamentos como forma de encontrar conforto e protecção. Já as crianças/jovens que apresentam uma vinculação insegura desconfiam da disponibilidade das figuras vinculativas, temendo que estes não respondam às suas necessidades. A repetida falta de respostas leva a criança/jovem a ganhar “raiva” e a tornar-se incapaz de estabelecer vínculos nas situações adequadas. Estas crianças/jovens tem sérios problemas de auto-confiança e não se sentem capazes de explorar o mundo que os rodeia (Ainsworth,1979, cit. in Fernandes, 2012).

7. As dinâmicas familiares como factor potenciador da delinquência juvenil

A responsabilidade formal na educação das crianças/jovens é fundamentalmente atribuída aos pais. Estes são os principais responsáveis por influenciar os jovens na aquisição de certos valores e na sua formação como pessoa. Assim, entende-se que havendo incapacidade da parte dos pais em cumprirem com as suas responsabilidades e deveres, a família surge também como um factor associado á delinquência juvenil.

“A delinquência é vista como uma falta de controlo, uma demissão do mundo adulto das suas responsabilidades em relação ás gerações mais novas. A falta de acompanhamento e de supervisão ao longo do desenvolvimento infantil e juvenil justifica o aparecimento de comportamentos que muito se afastam daqueles que aos nossos olhos exprimem o conceito ideal de infância e de juventude” (Ferreira, 1997 p.913).

Para Ferreira (1997), um funcionamento familiar ajustado é fundamental para inibir os comportamentos desviantes, diminuindo significativamente as probabilidades de se consumarem. Por outro lado, quando há ruptura familiar ou alterações no seio familiar, aumentam as probabilidades de ocorrerem esses comportamentos.

Ainda no final do século XIX, iniciaram-se alguns estudos que apontam a família como um factor explicativo da delinquência juvenil. No entanto, só em 1969, com a publicação de Hirschi, esta temática ganhou realmente força. Na década de 80, foram

vários os investigadores que destacavam a existência de inúmeros factores familiares capazes de potenciar a delinquência, apontando para variáveis de estudo como os conflitos familiares, o mau relacionamento entre pais e filhos, a falta de monitorização das actividades dos filhos, a falta de supervisão parental, as dificuldades económicas, o tamanho do agregado familiar, a violência familiar, entre outros (Farrington, 2005).

Na literatura, reconhece-se que os jovens de famílias destruídas ou pouco disciplinadas apresentam uma probabilidade de praticarem comportamentos de risco quatro vezes maior quando comparados com os jovens de famílias devidamente estruturadas (Hoeve et al, 2008).

Para além dos factores de risco, existem também vários factores capazes de diminuir a propensão para a delinquência: uma ligação positiva com os progenitores (quanto mais positiva e próxima for essa ligação, menor é a probabilidade do jovem vir a tornar-se delinvente), a comunicação entre pais e filhos e a supervisão parental adequada são alguns desses factores. Por outro lado, os conflitos, abusos e a negligência contribuem significativamente para o aumento significativo da delinquência (Gullota, Adams e Montemayor, 1998, cit. in Fernandes, 2012).

Na opinião de Martins (2005), a literatura tem tornado evidente que uma relação marital instável aparece directamente relacionada com a delinquência. Em resumo, um ambiente tenso, de discórdia familiar e sem a interacção adequada pressiona negativamente a criança/jovem envolvido, aumentando em grande escala as probabilidades de este vir a delinquir futuramente.

8. Estilos educativos parentais

O estilo parental define-se como sendo a combinação entre as atitudes, objectivos e práticas parentais que os pais utilizam como forma de promover a socialização dos seus filhos. Assim sendo, o estilo educativo parental teria impacto no desenvolvimento das competências sociais e cognitivas de cada individuo, uma vez que cada estilo educativo nos oferece determinados valores, comportamentos e normas (Wood et al., 2003 cit. in Fernandes, 2012)

Segundo Baumrind (1967, 1971), existem três estilos parentais: autoritário, autorizante e permissivo.

Os pais com um estilo autoritário apresentam elevados níveis de controlo e pouca afectividade. Estes pais incutem nas crianças valores como o respeito pela autoridade, a tradição, entre outros. Da mesma forma, exercem um forte controlo psicológico, desencorajam a independência da criança, tentam influenciar e controlar o comportamento e atitudes dos filhos, dão demasiado valor à obediência e apoiam a punição (Baumrind, 1967, 1971 cit. in Cardoso, 2013).

No estilo parental autorizante (o estilo considerado ideal por Baumrind), os pais exercem um controlo seguro e ainda assim são afectuosos, carinhosos e atentos às necessidades das crianças. Estes pais encorajam a comunicação aberta (trocas verbais entre si e os seus filhos), promovem a autonomia e individualidade dos filhos, partilham as razões das decisões tomadas, reconhecem os direitos da criança, tentam orientar as suas actividades de modo racional e têm uma atitude de confronto face às divergências, sem exagerar nas restrições. De igual modo, afirmam os seus valores de modo claro, esperando das crianças que cumpram as normas que lhes dizem respeito. Estes pais têm níveis elevados de exigência mas também de afectividade e promovem um ambiente intelectualmente estimulante para os seus filhos. Os pais autorizantes estão altamente empenhados e investem bastante na educação dos seus filhos (Baumrind, 1967, 1971 cit. in Cardoso, 2013).

Os pais com um estilo permissivo têm uma atitude tolerante e de aceitação face aos impulsos, desejos e acções da criança e evitam tomar posições de autoridade e impor controlo ou restrições aos seus filhos. São pais pouco punitivos, permitem às crianças regular o seu próprio comportamento e tomar as suas próprias decisões sempre que possível, e exigem poucas regras de rotina. Tanto os pais com um estilo permissivo como os pais com um estilo autoritário fazem poucas exigências de maturidade e comunicam de modo ineficaz (Baumrind, 1967 cit. in Cardoso, 2013).

Distinguem-se os estilos parentais em função das dimensões exigência e responsividade, com os pais autorizantes a manifestarem níveis elevados nas duas dimensões e os autoritários apenas na dimensão exigência, com responsividade reduzida. Os autores distinguem também dois padrões distintos de baixa exigência, sendo os pais do tipo indulgente responsivos mas pouco exigentes e tendo os pais do tipo negligente valores reduzidos nas duas dimensões (Maccoby & Martin, 1983).

Desta forma, Baumrind (1973, 1983 cit. in Oliveira 1994) apresentou o quarto estilo, o estilo parental negligente. Este estilo caracteriza-se pela baixa exigência e responsividade, ou seja, pais que não se envolvem correctamente, não monitorizam as actividades dos filhos e não supervisionam nem apoiam os mesmos. Estes pais caracterizam-se pela frieza e indiferença, servindo-se muitas vezes de castigos ineficazes (nos quais o objectivo é evitar que o filho os perturbe). Quanto aos filhos, estes sentem-se inseguros, frustrados e sem rumo tornando-os presas fáceis para os caminhos da delinquência.

Os filhos de pais mais autoritários tendem a apresentar maior hostilidade, receio e descontentamento, enquanto os filhos de pais muito protectores e ansiosos tem tendência a ser mais inseguros e ansiosos. Já os filhos de pais mais permissivos tendem a demonstrar que são mais activos, criativos e livres.

Assim, segundo Baumrind (1991 cit. in Cardoso, 2013), a responsividade refere-se à medida que os pais intencionalmente promovem a individualidade, auto-regulação e auto-afirmação da criança através do apoio, afecto, suporte emocional, complacência e sintonia com as necessidades e exigências da criança. Para Maccoby e Martin (1983), a responsividade pode ser referente ao reforço contingente, controlo ou à sensibilidade e adaptação aos sinais, estados e necessidades da criança. A dimensão exigência remete para as exigências de maturidade, supervisão, disciplina e prontidão para confrontar a criança que desobedece, no sentido da sua integração no contexto familiar (Baumrind, 1991 cit. in Cardoso, 2013).

9. Relação entre educação parental e comportamentos anti-sociais

A família, uma vez que é essencial no desenvolvimento do jovem, assume-se que terá influência no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Hirschi (1969) afirmava que o controlo parental mais eficaz seria um elemento fundamental do laço que conduz a criança/jovem a inserir-se na sociedade, afastando-se dos comportamentos não-normativos. A teoria do controlo, desenvolvida por Hirschi (1969), foca o vínculo entre pais e filhos como factor principal na prática de comportamentos delinquentes. Explica ainda que uma ruptura do vínculo leva a criança/jovem a não identificar-se com os valores familiares e sociais (Matos et. al, 2008 cit. in Martinho, 2010). De igual modo, Buehler (2006), salienta que o envolvimento dos jovens em práticas

delinquentes é facilitado pela falta de controlo parental. A falta de disciplina encontra-se relacionada com o aumento do comportamento anti-social (Patterson et al.,1999 cit. in Matos, 2004).

Por outro lado, a fraca vigilância ou um autoritarismo elevado dão origem a práticas delinquentes (Farrington, 1992 cit. in Fernandes, 2012). Assim, Gomide (2004) conclui que as práticas educativas negativas estão ligadas ao desenvolvimento de comportamentos delinquentes.

Parte II- Estudo Empírico

A metodologia utilizada para a realização do seguinte projecto será um estudo exploratório destinado a jovens adolescentes que, segundo a literatura, de uma forma geral, se encontram numa determinada idade em que o jovem procura a autonomia face aos seus pais, sendo que, se destaca também pelo facto de ser uma fase propícia à experimentação e à imposição da criação de uma nova identidade.

Desta forma, a população escolhida serão os alunos de um agrupamento de escolas, mais concretamente, os alunos sinalizados pelas CPCJ, pelos tribunais ou que apresentem comportamento inadequado na escola. Com a realização deste projecto procura-se que a população alvo se consciencialize dos problemas e consequências a que a delinquência juvenil conduz no futuro.

De igual modo pretende-se também averiguar se há antecedentes criminais nos progenitores destes jovens, de forma a ajudar os jovens a perceberem quais são os comportamentos que não devem adoptar, ainda que os seus progenitores (maioritariamente responsáveis pela sua educação) o façam.

Além do mais, é também importante referenciar que este projecto conta também com a participação dos técnicos que acompanham as famílias dos alunos envolvidos, sendo que a sua participação é fundamental para o sucesso do programa.

No programa estão presentes alguns questionários idênticos aos apresentados por Lemos (2001) na sua tese para a obtenção do grau de doutor em Psicologia na Universidade do Algarve, uma vez que estes parecem bem executados, fundamentados e capazes de conseguir atingir os resultados esperados.

a) Objectivos

Devido a alguma falta de investigações neste tema específico e, tendo em conta a literatura analisada e resumida neste trabalho, conclui-se que esta investigação é pertinente em dois aspectos fundamentais (que representam os objectivos gerais):

-No sentido de dar maior e melhor conhecimento da qualidade das relações familiares (principalmente entre o jovem e os progenitores), com principal destaque na vinculação;

-Compreender o impacto que uma família com elementos que apresentam comportamentos transgressores provoca no desenvolvimento psico-educativo de um jovem delincente, mais especificamente através de técnicas de recolha de informação que nos permitam conhecer melhor os jovens, as suas famílias e as dinâmicas familiares.

Assim, os objectivos específicos serão:

-Consciencializar e mobilizar a comunidade jovem para o correcto relacionamento familiar;

-Reforçar as ligações normativas e afectivas de forma a que o jovem se desenvolva normativamente;

-Consciencializar e mobilizar a comunidade jovem para não aderir adoptar comportamentos delinquentes.

O estudo nesta área permitirá realizar intervenções com vista a ajudar os jovens delinquentes, bem como as respectivas famílias.

A hipótese de investigação apresentada neste estudo é que os fracos vínculos familiares e/ou os comportamentos transgressores dos progenitores tem um forte impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem delincente.

b) Amostra

A presente investigação terá como base a realização e aplicações de questionários e entrevistas semi-estruturadas a uma amostra de alunos e de técnicos, respectivamente.

Assim sendo, a amostra seleccionada para o questionário presente neste estudo é constituída por 40 alunos do sexo masculino e feminino que frequentam a Escola Secundária Rodrigues de Freitas (que serão divididos de igual modo em 2 grupos: experimental e de controlo).

Grupo experimental: 20 jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos (idades em que o fenómeno da delinquência juvenil é mais visível) e encontram-se sinalizados pela CPCJ, tribunais ou apresentam comportamento inadequado no contexto escolar e social.

Grupo de controlo: 20 alunos também de ambos os sexos, na mesma faixa etária e a frequentar a mesma escola, mas que não se encontram sinalizados pela CPCJ nem pelos tribunais e que não apresentam comportamentos inadequados no contexto escolar e social.

No que se refere às entrevistas semi-estruturadas, os participantes serão a Psicóloga do Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas e os Técnicos que trabalham com estes jovens e respectivas famílias (por exemplo, os técnicos da acção social).

c) Instrumentos

Para a realização desta investigação, e com o objectivo de comprovar a hipótese referida, o autor pretende aplicar um inquérito composto por uma ficha de dados, questões sobre comportamentos anti-sociais e questões sobre as relações familiares (ver anexo I) em formato de questionário aos alunos seleccionados na amostra, uma vez que o sistema de resposta fechada torna possível a rapidez e facilidade de resposta e facilita de igual modo a análise dos dados obtidos. O questionário será aplicado individualmente e anonimamente, de forma a garantir que não existem trocas de informações que levem a uma influência das respostas. Este inquérito é baseado num

anteriormente realizado por Ida Lemos na sua tese de Doutoramento no ramo de Psicologia especialidade em Psicologia Clínica na Universidade do Algarve.

De forma a complementar o questionário com metodologia qualitativa (permite obter uma informação mais rica e aprofundada sobre as dimensões abordadas), pretende-se também realizar uma entrevista semi-estruturada (seguindo um guião flexível) á Psicóloga do Agrupamento e aos Técnicos que trabalham com estes alunos e respectivas famílias, com vista a conhecer a opinião destes em relação às questões que exploram as temáticas da Delinquência Juvenil e da Família. Cada entrevista terá uma duração aproximada de uma hora e, caso seja necessário, marcar-se-ão novas entrevistas.

Sumariamente, é pretendido compreender se realmente existe uma relação entre a ausência de vínculos e a adopção de comportamentos desviantes, assim como investigar se a existência de antecedentes criminais/comportamentos delinquentes na família funciona como potenciador para o desenvolvimento psico-educativo de um jovem delincente.

As questões presentes no inquérito baseiam-se na revisão bibliográfica no que toca aos antecedentes criminais familiares, abrindo assim espaço a incluir algumas questões que ainda não foram muito exploradas. Com base nos dados obtidos, será posteriormente realizada a devida análise dos dados, ou seja, as perguntas serão codificadas e introduzidas numa base de dados, de forma a efectuar a análise estatística.

No que toca á entrevista com a Psicóloga e com os Técnicos, o importante é a opinião do inquirido face a estas temáticas. Assim sendo, tratar-se-á de uma entrevista semi-estruturada (com o guião no Anexo V), que permitirá ao entrevistador alterar as questões presentes no guião conforme o decorrer da entrevista, se assim se justificar.

Os resultados obtidos poderão vir a ser bastante úteis para realizar/melhorar Programas de Intervenção que visem ajudar os jovens e as respectivas famílias a combater estes problemas.

d) Procedimentos

Relativamente ao processo de recolha de dados, o primeiro passo será obter as devidas autorizações. No caso dos inquéritos realizados na escola, será enviado um pedido formal á Direcção Geral de Educação (DGE), á Comissão Nacional de protecção de Dados (CNPD) e ao Conselho Executivo para administrar o inquérito nas instalações da Escola Secundária Rodrigues de Freitas no qual consta a descrição do estudo, nomeadamente os objectivos, a amostra envolvida, a metodologia, o procedimento e os resultados esperados (ver anexos II, III e V).

Será igualmente enviado um documento informativo aos pais destes alunos, que estes devem devolver assinado caso não autorizem os seus educandos a participar no estudo. Outra questão importante será, de igual modo, obter a aceitação de participação dos alunos no estudo e na realização do questionário (ver anexo V).

Já no caso das entrevistas, foi elaborado um documento dando conta do protocolo do consentimento informado, no qual constam todas as condições do estudo, e que o inquirido deveria assinar caso aceite participar nesta investigação (ver anexo VI).

Assim, a realização dos inquéritos dirigidos aos alunos abrangidos pela amostra terá lugar na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, com a respectiva autorização por parte dos órgãos formais, do/da Presidente do Conselho Executivo e dos Encarregados de Educação destes alunos, sempre com a garantia de anonimato e de confidencialidade, tanto na identificação do aluno como de toda a informação que irá ser recolhida (ver anexo I: parte 1,2 e 3).

Por sua vez, a entrevista realizada á Psicóloga do Agrupamento de Escolas e aos Técnicos responsáveis por monitorizar estes alunos e famílias, as mesmas terão igualmente lugar na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, sob o protocolo de consentimento informado, no qual é garantido igualmente o anonimato dos entrevistados e a total confidencialidade dos dados presentes na entrevista (Anexo VI)

e) Resultados esperados

A partir dos dados recolhidos, espera-se ser possível relacionar a ausência de vinculação com os comportamentos delinquentes do jovem, assim como pensamos que se confirma que o facto de haver antecedentes criminais numa família funciona como forte potenciador a que o próprio jovem venha também ele a delinquir.

Assim sendo, é expectável que os jovens sinalizados respondam afirmativamente às questões que se referem á delinquência juvenil (caso contrário não estarão a responder com honestidade). Da mesma forma, é esperado que uma parte significativa destes jovens responda afirmativamente às questões que dão conta da fraca vinculação familiar.

Por outro lado, da parte dos jovens não sinalizados (grupo de controlo), espera-se que estes respondam negativamente às questões da delinquência juvenil. No que se refere às questões da vinculação familiar, é de esperar que estes alunos não apresentem fraca vinculação familiar. Com a obtenção deste resultado seria possível identificar a falta de laços afectivos/vínculos familiares como factor de risco da Delinquência Juvenil.

Já no que toca aos antecedentes criminais dos progenitores, prevê-se que uma parte significativa dos alunos sinalizados pela CPCJ e tribunais respondam afirmativamente, enquanto que a grande maioria (senão a totalidade) dos alunos não sinalizados responda negativamente ás mesmas questões. Ao verificar este resultado seria possível relacionar os antecedentes criminais dos progenitores como factor de risco da Delinquência Juvenil.

No que toca às entrevistas realizadas á Psicóloga do Agrupamento e aos Técnicos que trabalham com estes jovens, é expectável que, através das suas respostas, os entrevistados nos demonstrem que tem conhecimento de comportamentos delinquentes adoptados por estes jovens. De igual modo, espera-se também que os entrevistados considerem que os jovens que têm comportamentos delinquentes possuam vínculos familiares fracos; considerem que poderá existir uma relação entre a ausência de vínculos familiares e a prática de comportamentos desviantes e considerem que os comportamentos transgressores dos familiares terão impacto no jovem, podendo ele mesmo tornar-se um delinquente.

Conclusão

Após a realização do presente trabalho pode concluir-se que a Delinquência Juvenil é uma problemática real e deve ser alvo de preocupação social. É cada vez mais necessário combater esta criminalidade nesta fase, evitando assim que esta se estenda o longo da vida do individuo.

É consensual que a delinquência juvenil ocorre maioritariamente na fase da adolescência (atinge o pico aos 17anos), podendo ser causada por factores individuais, sociais ou familiares (factores de risco). No que toca aos factores de risco familiares presentes neste projecto, são focados a educação parental, a influência familiar e a ausência de vinculação parental, uma vez que estão frequentemente associados ao aparecimento de comportamentos anti-sociais.

A pertinência deste estudo prende-se com o facto de que é nas idades mais precoces que a criminalidade deve ser combatida, uma vez que será mais eficaz. Enquanto a criança/jovem se encontra ainda num processo de construção de identidade, o adulto já construiu a sua identidade, tem a sua opinião formulada e são mais difíceis de influenciar.

O presente estudo é de carácter exploratório e teve como objectivo principal avaliar a percepção dos jovens relativamente á vinculação com os progenitores, avaliar a percepção dos jovens acerca da educação parental e investigar se os antecedentes criminais dos progenitores têm impacto directo no desenvolvimento psico-educativo do jovem delinquente.

Sabe-se que a família é o factor mais importante no desenvolvimento de um jovem, o que sustenta o facto de que uma família constituída por elementos que apresentam comportamentos transgressores será certamente um factor potenciador a que o próprio jovem venha também ele a tornar-se um delinquente, ainda que não exista muita bibliografia que o comprove.

No caso do presente estudo foram desenvolvidos inquéritos e entrevistas (conjunto do método quantitativo e qualitativo) aplicados a jovens e técnico respectivamente, com vista a investigar a hipótese apresentada através da comparação de resultados e também da percepção dos técnicos acerca desta temática

Por fim, é igualmente importante fazer referência às limitações do estudo realizado. Como já foi referido, a ausência de bibliografia representa só por si uma limitação, bem como a dificuldade em escolher a amostra mais apropriada. Outra limitação terá a ver com a possibilidade de os alunos não serem honestos, não quererem cooperar com o estudo ou sentirem-se demasiado expostos e condicionados, o que comprometerá os resultados esperados.

No entanto, entende-se que a principal limitação deste estudo deve-se á grande quantidade de autorizações necessárias para se proceder á realização dos inquéritos em meio escolar (Comissão Nacional de Protecção de Dados, Direcção Geral de Educação e Conselho Executivo, bem como dos Encarregados de Educação destes alunos.

Já no que toca às entrevistas á Psicóloga e aos técnicos, não são de assinalar quaisquer limitações significativas, devendo decorrer tudo normalmente.

Referências Bibliográficas

- Cardoso, J. & Verissimo, M (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, 31(4), 393-406. Consultado em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312013000400006&lng=pt&tlng=pt
- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Cliempsi Editores.
- Carvalho, M. (2005). Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências. *Sociologia, Problemas e práticas*, 49, 71-93.
- Collins, W., & Sprinthall, N. (2003). *Psicologia do adolescente: uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cusson, M., (2002). *Prévenir la délinquance : les méthodes efficaces*, Paris : Presses Universitaires de France.
- Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Alfragide, Casa das Letras.
- Egeland, B., Carlson, E., & Sroufe, L. A. (1993). *Resilience as process*. *Development*.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of anti-social behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12 (2), 163-177.
- Fernandes, I. (2012). *Delinquência Juvenil: Vinculação aos pais e educação parental*. Dissertação FPCEUP. Consultado em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67765>
- Ferreira, P. M. (1997). «Delinquência juvenil», a família e escola. *Análise Social*, 32 (143), 913-924.
- Fieldman, R., Olds, S., & Papalia, D. (2001). *O Mundo da criança*. New York: McGraw Hill.
- Fonseca, C., Miranda, M., & Monteiro, O. (2003). Adolescentes reclusos, toxicodependências e doenças infecto-contagiosas. *Infância e Juventude*. 4, 61-107.
- Gomide, P. (2001). *Efeitos das práticas educativas no desenvolvimento do comportamento anti-social*.

- Gonçalves, R. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3.^a Ed. revista). Coimbra: Quarteto.
- Hoeve, M., Blokland, A., Dubas, J. S., Loeber, R., Gerris, J. R., & Vander laan, P. H. (2008). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36 (2), 223-235. Consultado em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2206247/pdf/10802_2007_Article_9172.pdf
- Hutz, C. (2002). *Situações de risco e vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção*. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Kazdin, A.; Buela-Casal, G. (2001). *Conduta anti-social. Avaliação, Tratamento e Prevenção na Infância e na Adolescência*. Amadora, McGraw-Hill.
- Loeber, R. & Farrington D.P. (2001). *Child Delinquents: Development, Intervention and Service Needs*. Sage Publications.
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol.4. Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 1-101). New York: John Wiley
- Martins, J. S. (2005). *Violência e Maus tratos em contextos de socialização e delinquência juvenil*. Tese de Doutorado apresentada á Universidade de Santiago de Compostela.
- Moffitt, T. (1993). Adolescence-Limited and Life-Course-Persistent Antisocial Behavior: A Developmental Taxonomy. *Psychological Review*. Consultado em: http://www.colorado.edu/ibs/jessor/psych7536-805/readings/moffitt-1993_674-701.pdf
- Mota, C. & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa Perspectiva de Vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3): 367-377. Consultado em: https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsigarra.up.pt%2Ffpceup%2Fpt%2Fpubl_s_pesquisa.show_publ_file%3Fpct_gdoc_id%3D4267&ei=ODISVLrcEc_laIrFgbAF&usg=AFQjCNHQeVRkTdRLuIzHjTX7Xi0W8OkIqg&sig2=g2wKspYQO_k-HPqMrB3s2w&bvm=bv.78597519,d.d2s

- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Livpsic.
- Oliveira, J. B. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Almedina.
- Pais, M. (2012). *Delinquência juvenil: Ausência de vínculos e adopção de comportamentos desviantes*. Monografia UFP. Consultado em: <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/3362>
- Siegel, L. (2012). *Criminology*. USA, Cengage Learning.
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of Risk and Protective Factors Using Quantitative and Qualitative Methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 12 (4), 389-408. Consultado em: <http://www.ascred.ro/images/attach/Juvenile%20delinquency%20analysis%20of%20risk%20and%20protective%20factors%20using%20quantitative%20and%20qualitative%20methods.pdf>

Anexos

Anexo I - Instrumento utilizado na recolha de dados

Questionário

Este questionário integra-se num estudo desenvolvido para a elaboração do Projecto de Graduação em Criminologia, cujo objectivo é perceber a influência da família no desenvolvimento psico-educativo de um jovem.

Não necessitas de escrever o teu nome no questionário, as respostas a cada item são anónimas e confidenciais. Certifica-te que lês com muita atenção cada uma das questões e que respondes da forma sincera e verdadeira. Este questionário não é um teste de avaliação, pelo que não existem respostas certas ou erradas.

Na maior parte das questões deves assinalar com um X a alternativa apropriada. Para o caso de não achares nenhuma das alternativas apropriada ao teu caso, assinala a alternativa que mais se assemelha.

Local de preenchimento:

Data de preenchimento: ____ / ____ / ____

Obrigada pela tua colaboração!

Parte 1

-Sexo (Masculino ou Feminino): _____

-Data de nascimento: ____ / ____ / ____

-Residência

Freguesia: _____

-Nacionalidade

Portuguesa Outra Qual? _____

-Ano de Escolaridade: _____

-Já reprovaste algum ano? Sim Não (Se sim) Quantos anos? _____

Dados da família

-Idade do pai: _____

-Profissão do pai: _____

-Situação profissional do pai:

Empregado

Desempregado

Reformado

-Habilitações literárias do pai:

Não estudou

Ensino Básico

9º ano

Ensino Secundário (12º ano) ou Ensino Profissional Ensino Superior

-Idade da mãe: _____

-Profissão da mãe: _____

-Situação profissional da mãe:

Empregada

Desempregada

Reformada

-Habilitações literárias da mãe:

Não estudou

Ensino Básico

9º ano

Ensino Secundário (12º ano)

Ensino Profissional

Ensino Superior

-Qual a situação dos teus pais?

Vivem juntos

Vivem separados

Estão divorciados

O meu pai faleceu

A minha mãe faleceu

-Com quem vives? _____ Há quanto tempo? _____

-Tens irmãos? Sim Não

Se respondeste sim na questão anterior, indica para cada um dos teus irmãos:

Idade (anos)	Sexo (rapaz/rapariga)	Escolaridade (ano)	Com quem vive

Parte 2

Assinala com um X o quadrado mais apropriado, diz-nos com que frequência estas situações ocorrem no teu comportamento.

	Nunca	Pouco frequente	Mais ou menos frequente	Frequente	Muito Frequente
Ter uma falta disciplinar					
Digo palavrões em frente ao professor/funcionário					
Bato num professor ou funcionário da escola					
Estragar móveis e outro material da escola					

Envolver-se em brigas					
Fugir de casa					
Juntar-se a um grupo para bater noutras pessoas					
Agredir alguém					
Usar facas, navalhas ou outras armas brancas para ameaçar alguém					
Forçar a entrada numa casa, loja ou outra propriedade					
Roubar alguma coisa					
Consumir drogas leves (haxixe, cannabis, etc.)					
Consumir drogas pesadas (cocaína, heroína, etc.)					
Ter problemas com a Polícia por alguma coisa que tenha feito					

Parte 3

Assinala com um X o quadrado mais apropriado, para caracterizar as tuas relações pessoais:

	Pai	Mãe	Outras pessoas	Ninguém
Quem te pergunta pelo que fazes na escola?				
Quem se interessa por saber como te sentes?				
Quem te corrige quando fazes algo errado?				
Quem te recompensa quando fazes as coisas bem?				
Quem passa um tempo agradável contigo?				
Quem é carinhoso contigo?				
Quem sabe aquilo que queres/precisas?				
Quem te impõe regras em casa?				
Com quem desabafas sobre os teus problemas?				
Quem se preocupa com os teus resultados na escola?				

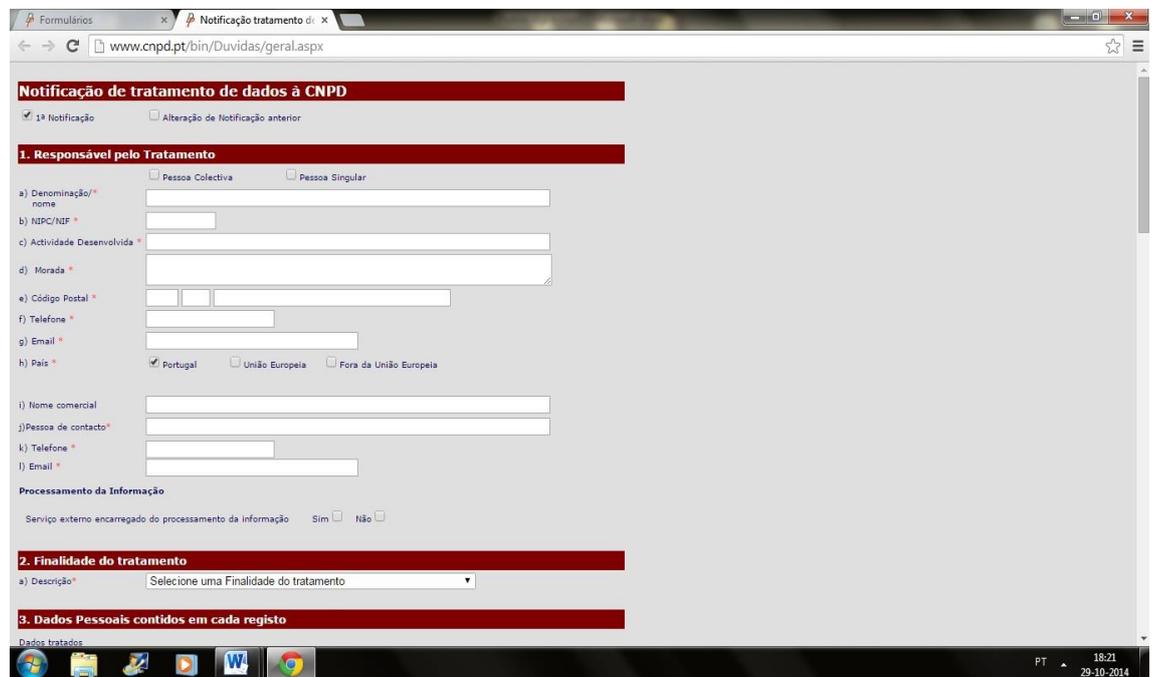
Quem te dá atenção em casa?				
Quem é para ti um exemplo a seguir?				
Quem é que tem/teve problemas com a justiça?				
Quem é que já foi detido/preso?				

Anexo II: Pedido de autorização à Comissão de Protecção de Dados

Este pedido é feito através de um formulário online, executando os seguintes passos:

- Entrar no link: <http://www.cnpd.pt/bin/legal/forms.htm>
- Seleccionar “Formulário Geral de Notificação”

Preencher o seguinte formulário:



The screenshot shows a web browser window with the URL www.cnpd.pt/bin/Duvidas/geral.aspx. The page title is "Notificação de tratamento de dados à CNPD". There are two radio buttons at the top: "1ª Notificação" (selected) and "Alteração de Notificação anterior".

1. Responsável pelo Tratamento

Pessoa Colectiva Pessoa Singular

a) Denominação/* nome: [text input]
b) NIPC/NIF: [text input]
c) Actividade Desenvolvida*: [text input]
d) Morada*: [text input]
e) Código Postal*: [text input]
f) Telefone*: [text input]
g) Email*: [text input]
h) País*: Portugal União Europeia Fora da União Europeia
i) Nome comercial: [text input]
j) Pessoa de contacto*: [text input]
k) Telefone*: [text input]
l) Email*: [text input]

Processamento da Informação

Serviço externo encarregado do processamento da informação: Sim Não

2. Finalidade do tratamento

a) Descrição*: Seleccione uma Finalidade do tratamento [dropdown menu]

3. Dados Pessoais contidos em cada registo

The bottom of the browser window shows the Windows taskbar with icons for Internet Explorer, File Explorer, and other applications. The system tray shows the time as 18:21 on 29-10-2014.

Anexo III: Pedido de autorização à Direcção Geral de Educação

Universidade Fernando Pessoa

Praça 9 de Abril, 349

4249-004, Porto, Portugal

Telefone:+351 22 507 13 00

E-mail: geral@ufp.edu.pt

Exmo. Director-geral:

Direcção Geral da Educação

Serviços Centrais

Avenida Almirante Reis, nº72

1150-020, Lisboa, Portugal

Telefone: 211 142 500 Fax.: 213 176 171

E-mail: correio.dgrs@dgrs.mj.pt

Exmo. Director-geral:

Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho, finalista na licenciatura de Criminologia na Universidade Fernando Pessoa, juntamente com o seu orientador, Professora Doutora Marta Matos, vêm solicitar a colaboração da Direcção-Geral Educação (DGE) num estudo de investigação científica, a ser desenvolvido no âmbito da obtenção do título de Licenciado em Criminologia. A dita colaboração prende-se com a autorização da implantação de questionários num agrupamento de escolas. Em anexo, encontra-se a descrição pormenorizada da metodologia e dos procedimentos utilizados nesta investigação científica, bem como as actividades, os técnicos envolventes e as respectivas autorizações.

O estudo é sobre delinquência juvenil, designadamente na forma como os antecedentes criminais familiares tem impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem. Este estudo é revelante e está relacionado com os serviços da Direcção Geral na medida em que ampliará o conhecimento científico da delinquência juvenil e dos vínculos familiares, auxiliando, assim, uma maior compreensão deste fenómeno, de modo a que a prevenção sobre este assunto venha a ser mais adequada. A recolha de dados, a decorrer durante Janeiro de 2015 e Fevereiro de 2015, será realizada pelo autor do projecto, bem como pelos técnicos colaboradores (tanto o técnico da CPCJ como da Psicóloga do agrupamento de escolas). Os dados recolhidos serão apenas divulgados no

relatório final do estudo, sendo o anonimato dos seus protagonistas salvaguardado, incluindo a identidade da própria instituição.

O estudo irá necessitar que participem neste no mínimo 20 jovens que apresentem comportamentos de conduta desviante e delinquência juvenil e outros 20 que não o apresentem. Dado que o projecto será realizado juntamente com um técnico da CPCJ, teremos assim autorização para acedermos aos dossiers individuais de Reinserção Social dos jovens em risco para realizar uma análise documental onde seriam recolhidos dados sobre estes com relevo para o estudo. Também seria pedido a colaboração dos pais, tutores ou encarregados de educação dos jovens com idade inferior aos 18 anos através do envio de uma carta para autorizarem a participação e colaboração do seu educando nesta investigação juntamente como o formulário do consentimento informado, que se encontra no anexo.

Neste sentido, solicito a Vossa Excelência que a Direcção-Geral de Educação, forneça a autorização da realização da referida recolha de informação no Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas no Porto, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2015.

Agradecendo desde já a atenção dispensada por V^a Ex^a, apresento os meus melhores cumprimentos.

Prof. Dr^a. Marta Matos

(Orientadora do Projecto)

Guilherme Coutinho

(Responsável do Projecto)

Anexo IV- Pedido de autorização para a realização do questionário (Encarregados de Educação)

Pedido de autorização

Exm^o(a) Sr.(a) Encarregado de Educação,

Eu, Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho, portador do Cartão de Cidadão n^o 14399264, venho por este meio pedir autorização para que o/a(s) seu/sua(s) filho/filha(s) participe na realização de um questionário com vista á recolha de dados para o meu do Projecto de Graduação do Curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa.

Os dados que irão ser recolhidos no questionário serão confidenciais e os participantes serão mantidos no anonimato.

O Projecto pretende avaliar factores de impacto estudados no desenvolvimento do jovem.

Se autoriza o seu filho a participar no questionário, peço que devolva o seguinte documento devidamente assinado.

Grato pela sua colaboração,

Com os melhores cumprimentos,

Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho

Porto, _____ de 2014

(Assinatura do Encarregado de Educação)

Anexo V - Pedidos de autorização para a realização do questionário (Presidente do Conselho Executivo)

Pedido de autorização

Exm^o(a) Sr.(a) Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Rodrigues de Freitas,

Eu, Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho, portador do Cartão de Cidadão n^o 14399264, venho por este meio pedir autorização para que uma amostra seleccionada de 50 alunos que frequentam este estabelecimento de ensino participe na realização de um questionário com vista á recolha de dados a fim do Projecto de Graduação do Curso de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa. Os dados que irão ser recolhidos no questionário serão confidenciais e os participantes serão obviamente mantidos no anonimato.

O Projecto tem como tema “Famílias transgressoras e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem”, pretendendo avaliar de que forma uma família constituída por membros que possam apresentar comportamentos transgressores influencia o desenvolvimento de um/uma jovem.

Com os melhores cumprimentos,

Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho

Porto, _____ de 2014

(Assinatura)

**Anexo VI- Protocolo de consentimento informado aos técnicos profissionais
(realização da entrevista semi-estruturada)**



Eu, _____, aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Guilherme Rocha e Silva Gonçalves Coutinho (aluno nº25832 da Universidade Fernando Pessoa, sediada na zona de Arca de Água, Porto), orientado pela Professora Doutora Marta Matos, no âmbito da realização do Projecto de Graduação na licenciatura de Criminologia intitulado “Famílias transgressoras e o impacto no desenvolvimento psico-educativo de um jovem delinvente”, aceitando também que a conversa seja gravada em formato áudio.

Compreendo os objectivos principais deste estudo que me foram explicados e constam deste protocolo de consentimento informado aqui assinado por mim e que se destinam exclusivamente a fins académicos de investigação. Entendo e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre a Delinquência Juvenil.

Confirmo que a minha participação neste estudo é totalmente voluntária, podendo assim desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área da Criminologia, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício directo ou indirecto em troca da minha colaboração.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito. Declaro, por fim, que recebi cópia deste Termo de Consentimento.

Entrevistado (Assinatura): _____

Função profissional: _____

Data ____/____/____

Anexo VII- Guião de entrevista semi-estruturada á Psicóloga do Agrupamento e aos Técnicos

Conforme indicado no protocolo de consentimento informado, a participação nesta entrevista é voluntária, anónima e confidencial. A entrevista será então gravada em formato áudio com a sua autorização.

Guião da entrevista:

- 1- Qual é a sua função nesta Instituição?
- 2- Como é a relação dos jovens da nossa amostra com os docentes, técnicos e funcionários desta instituição?
- 3- Com base no conhecimento que tem sobre estes jovens e suas famílias, como considera ser a relação destes jovens com a família?
- 4- Considera que estes jovens com quem trabalha possuem vínculos familiares fracos?
- 5- Tem conhecimento de comportamentos desviantes praticados por estes jovens? (que tipo de actos, com quem foram praticados)
- 6- Quais considera terem sido os motivos que originaram esses comportamentos?
- 7- Considera que poderá existir uma relação entre a natureza dos vínculos familiares e a prática de comportamentos desviantes?
- 8- Tem conhecimento se os familiares destes jovens têm/tiveram problemas com a justiça?
- 9- Considera que os comportamentos transgressores dos familiares terão impacto no desenvolvimento do jovem?